



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 14 – 31 de agosto de 2012

Editorial

Sim, a vitória e a unidade são possíveis

Após a posse de Dilma, a conjuntura internacional foi ficando mais clara para todos nós. Após as eleições, sob a batuta de Lula, que procurava convencer a todos que a crise econômica mundial chegaria ao Brasil como uma “marolinha”, fomos vendo as diferenças da propaganda eleitoral e a realidade que passou a se apresentar nos discursos de Dilma, já presidente eleita, e de toda sua equipe econômica.

O ano de 2011 começou com cortes de mais de 50 bilhões no orçamento, sendo que 3,5 bilhões saíram da educação pública. Além da economia do Estado, Dilma começou sua trajetória como Presidente apontando a necessidade do aperto dos cintos para os Servidores que, segundo o discurso oficial, teriam gordura para queimar com a “recuperação dos seus salários” nos dois mandatos anteriores de Lula.

Os Servidores começaram a questionar nas ruas aquele processo de fragilização da imagem e do indicativo de que direitos começariam a ser questionados e retirados. E, mesmo com todas estas questões, o movimento de servidores públicos não foi capaz de produzir uma greve, restando apenas à FENAJUFE, FASUBRA e SINASEFE o enfrentamento da greve naquele ano. Aquelas greves acabaram e o que tínhamos enquanto acordos salariais e perspectivas para o ano seguinte, em 2012, eram os 4% de reajuste para os docentes e zero para os TAEs, com a previsão de um possível reajuste para este segmento somente para 2014 ou 2015.

O ano de 2012 começou e a crise econômica mundial só piorou. Depois do naufrágio grego, outras economias menores da Europa começaram a ruir ou ter os seus recuos quanto ao estado de bem estar social estabelecido em períodos históricos anteriores. A Espanha, a Irlanda e até mesmo a Itália começaram a sentir os efeitos de uma crise que já tinha pulsado desde 2009 nos EUA e demais economias hegemônicas do planeta.

Todos os emergentes, como o Brasil e até mesmo a vultosa economia chinesa começaram a dar sinais do que seria este ano de 2012. Logo começaram os discursos preventistas e até mesmo oportunistas da disputa pela retirada de direitos e pela retirada de recursos que deveriam ser destinados aos setores mais importantes da sociedade. Junto a isso, começaram os discursos quanto à impossibilidade de reajustes para o setor público.

Só que 2012 não seria igual aquele ano que passou. As coisas realmente mudaram e a lógica da fragmentação e do isolamento ficaram de lado, com o ressurgimento do Fórum de Entidades e da busca pela unidade entre os setores do serviço público federal. Foram várias manifestações e atividades que procuraram unificar todo setor.

Nós do SINASEFE e do ANDES, em meio aos vários ataques que já começavam a se desenhar no Congresso Nacional (MP 568, a retomada da Lei de Greve, entre outras) acompanhávamos um GT que não avançava ou desanimava quanto aos resultados que surgiam timidamente daquele processo. O Planejamento, agora com um negociador menos desqualificado do que seu antecessor, tentava convencer a todos que a crise impediria qualquer avanço naquelas ou em outras negociações. O governo teimava em repetir o ano anterior, que conseguiu nos dividir em mesas setoriais e atender a poucas categorias em detrimento da ampla maioria dos Servidores Federais. Entretanto, a partir de um movimento inicial de greve pelos companheiros (as) do ANDES, logo se sucederam as greves das demais entidades da educação que impulsionaram um movimento nacional de todos os setores do serviço público, e que acabaram por realizar uma das maiores greves já realizadas pelos Servidores Públicos Federais.

O governo encastelado na sua lógica divisionista, logo começou a perceber que teria que atuar diferente do ano anterior, tendo que negociar com grevistas (o que não ocorrera em 2011) e ter que começar o processo de concessões para se evitar o pior.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 14 – 31 de agosto de 2012

Os resultados e pequenas vitórias das greves começaram a surgir. Primeiro a mudança na MP 568, retirando os itens que reduziam os salários dos médicos e aqueles que mudavam para bem pior os critérios de concessão dos adicionais de periculosidade e insalubridade. Para tentar impedir a greve no SINASEFE, atendeu, através dos Reitores, a concessão da progressão por titulação que aguardava o cumprimento da 11.784, desde 2008.

Mesmo com as tentativas, o governo não conseguiu segurar o movimento e começou a incidir sobre as negociações setoriais e procurar reduzir ao máximo a derrota que já tinha sofrido na sua política. Afinal, um governo que para o ano de 2012 gastou apenas 1,4 bilhões com os salários e benefícios dos servidores não pode tentar esconder que não tenha sido derrotado pelas várias greves realizadas, já que estabeleceu um gasto de 30,1 bilhões para o ano de 2013, multiplicando em quase 20 vezes os valores do orçamento para o próximo ano, 2013 (fonte: informações do orçamento apresentadas pelo Secretário Sergio Mendonça na mesa de ontem, 30 de agosto, com o Fórum de Entidades do Serviço Público Federal).

Entretanto, mesmo com um governo pressionado em resolver problemas estruturais do país para o recebimento da Copa e das Olimpíadas, além das reivindicações grevistas do nosso setor, Dilma continua com um alto índice de popularidade e a expectativa e esperança plantadas desde a sua eleição. O brasileiro ainda continua acreditando que não seremos atingidos e que o governo de continuidade do PT poderá levar o país em calmaria durante os próximos anos.

Não podemos perder de vista isso para analisarmos as possibilidades do nosso movimento e quais os próximos passos a serem dados. Esta, com certeza, foi uma avaliação feita em cada Plenária dos Setores dos Federais em Greve, o que levou a maioria desses setores ao processo de finalização de acordos com o governo e do encaminhamento para o encerramento das suas greves.

O SINASEFE seguiu esta direção após a avaliação da conjuntura e das forças da greve. Na última Plenária definiu pelo retorno unificado das suas bases no dia 10 de setembro de 2012. Vale registrar que a saída da greve não é o fim da construção do movimento e nem o afastamento dos nossos aliados imediatos, ANDES e FASUBRA. A ideia é construir, já, um calendário que coloque na ordem do dia a nossa movimentação e enfrentamento contra os ataques do governo federal que já estão por vir:

- 3ª Reforma da Previdência;
- Lei Antigreve;
- Política produtivista de gratificações e certificações;
- Terceirizações e privatizações de setores;
- Entre outras questões.

Enfim, é chegada a hora de contabilizarmos as nossas vitórias e estabelecer para a categoria que somente a luta pode arrancar resultados para os trabalhadores (as). Devemos nos orgulhar do que fizemos e dizer que se nem tudo foi como pretendíamos, certamente o próximo ano será bem melhor até porque não deixaremos as nossas principais bandeiras e reivindicações de lado. Nós as reafirmaremos e as buscaremos no próximo período:

- ✓ Política Salarial para os SPFs com data base e reajuste a cada ano;
- ✓ Isonomia entre os três poderes na aplicação e nos valores dos benefícios;
- ✓ Reestruturação da Carreira Docente com o estabelecimento da Carreira do Magistério Federal;
- ✓ Reestruturação do PCCTAE dos itens não atendidos em 2012/2013;
- ✓ Expansão qualificada da Rede Federal de Ensino;
- ✓ Democratização das Instituições Federais de Ensino.



As vitórias que tivemos nesta greve

Esta greve nos permitiu contabilizar algumas vitórias que demonstram a necessidade da luta para alcançarmos resultados melhores.

Entramos em uma greve sem nada e conseguimos sair com reajustes e outros itens de carreira e salários, contrariando os que diziam que não adiantaria a nossa luta.

Sabemos que além dos avanços de princípios que tivemos no PCCTAE, os percentuais de reajuste estão abaixo do que reivindicávamos, bem como questões históricas, como as 30 horas, foram deixadas de fora do nosso acordo, entretanto entendemos que a greve foi positiva. Os docentes não foram contemplados no projeto de carreira que pretendíamos e a péssima EBTT ficou ainda pior com a nova lógica apresentada pelo governo e acordada com os pelegos do PROIFES.

Os valores que a nossa greve conseguiu para todos os nossos setores ficaram acima do que recebemos pela greve do ano anterior – 15,8% em três vezes é menor e pior que 22,08% em uma parcela, porém melhor do que zero. Além disso, interrompemos ataques que já estavam tramitando no Congresso Nacional e conseguimos o cumprimento de questões que estavam ignoradas e arquivadas pelo Governo e nossas Reitorias, desde 2008.

Veja o conjunto dos pontos conseguidos com a nossa luta e com a nossa greve:

✓ **Reestruturação do PCCTAE:**

1- Reajuste no piso da tabela, em três vezes (2013, 2014 e 2015), e a sua reestruturação, ocasionando um reajuste nos salários do segmento variando entre 15,8% (piso) e 26,76% (topo);

2 - Reajuste do step de 3,6% para 3,8% (3,7% em 2014 e 3,8% em 2015);

3 - Acesso de todos os níveis de classificação aos percentuais de incentivo à qualificação, com a ampliação de alguns desses percentuais. Aqueles que se aposentaram de 2007 em diante poderão também utilizar os títulos que não haviam utilizado antes, enquanto ativos;

4 - Modularização dos cursos de capacitação com o aproveitamento de cursos com carga horária a partir de 20 horas;

✓ **Reajustes diferenciados na Tabela dos Docentes de 25% a 45%.** Lamentavelmente não conseguimos evitar os ataques promovidos pelo governo na desestruturação da tabela através da certificação, do impedimento de progressão entre classes e impedimento de progressão por titulação durante o estágio probatório;

✓ **Progressão de DI para DII e/ou DIII**, a partir das Reitorias e agora por decreto regulamentando o artigo 120 da Lei 11.784/2008;

✓ **Acesso dos TAEs de todos os níveis de classificação ao cargo de Pró Reitor**, com mudança na legislação dos Institutos Federais;

✓ **GTs para os TAEs:**

1 - Inclusão dos Técnicos Administrativos das IFEs Militares no PCCTAE (prazo 120 dias);

2 - Racionalização dos Cargos do PCCTAE (prazo 120 dias);

3 – Terceirizações na Rede Federal de Ensino (prazo 120 dias);

4 - Democratização das IFEs (acesso ao cargo de Reitor e Diretor Geral, bem como representação do SINASEFE nos Conselhos Superiores);

5 - Dimensionamento da força de trabalho e o reposicionamento dos aposentados.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 14 – 31 de agosto de 2012

✓ **MP 568:**

1 - Retirada dos itens que reduziam os salários dos médicos;

2 - Retirada dos itens que mudavam os critérios e tabela de concessões dos adicionais de periculosidade e insalubridade;

✓ **Benefícios:**

- Reajuste do auxílio alimentação;

- Reajuste do auxílio saúde.

CSP-Conlutas constrói unidade entre os Servidores Federais

Desde 2003, quando lutamos contra a 2ª Reforma da Previdência, no início do primeiro mandato de Lula, não conseguíamos unificar as greves do setor público federal.

Essa era uma meta buscada há muito tempo, até porque todos entendem que uma greve forte do setor sempre poderá arrancar resultados efetivos, como aqueles de 2003.

Muitos foram os esforços nesta última década, mas por conta dos interesses, inclusive de alguns que continuam depositando confiança no PT e nos governos de frente popular, não temos conseguimos avançar muito.

Apostando nesta construção, a nossa Central foi fundamental para que esta unidade ocorresse neste ano. Enquanto muitos apostavam que o movimento iria ruir novamente, a nossa CSP-Conlutas e suas Entidades Filiadas (ANEL, ANDES e SINASEFE) apostaram nesta construção e não permitiram que as diferenças existentes pudessem impedir a unidade.

Certamente as greves no setor da educação serviram para impulsionar os federais, porém os esforços da CSP-Conlutas na construção unificada serviram para o redescobrimto de todos os Servidores Federais para o caminho da unidade, abandonado há quase dez anos.

Neste momento de encerramento da maioria das greves do setor, fica o aprendizado de que no próximo período não podem restar outras alternativas, a não ser a que estabelece o comprometimento de todos na busca de direitos que foram usurpados pelo Estado Brasileiro ao longo das duas últimas décadas:

- ✓ Data Base;
- ✓ Reajuste anual dos salários;
- ✓ Isonomia Salarial e de Benefícios entre os Poderes;
- ✓ Carreira como política de estado e não como política salarial.

Ainda em 2012, vamos precisar dessa unidade novamente. Teremos pela frente uma série de enfrentamentos, desde a Lei Antigreve até a nova Reforma da Previdência, passando pela interminável discussão por um sistema nacional de negociação coletiva para os servidores federais.

Enfim, muita coisa pela frente, mas com a redescoberta do caminho da unidade, tudo fica mais fácil.



114ª PLENA do SINASEFE indica saída da greve para 10 de setembro

Com a participação de 82 delegados, 33 observadores, das 52 seções presentes, a 114ª PLENA do SINASEFE decidiu, por ampla maioria, a saída da greve. Depois de um longo debate a respeito das propostas do governo, deliberou-se pela assinatura do acordo entre governo e sindicato no que se refere aos técnico-administrativos em educação. No caso dos docentes a deliberação, também por ampla maioria, foi pela rejeição à proposta.

A PLENA começou com informes gerais das outras categorias do serviço público federal que tinham assinado o acordo com o governo até o dia 28 de agosto, além do processo negocial dos TAEs com FASUBRA e SINASEFE e da ausência de mesa de negociação para os docentes, somente com o ofício resposta da SETEC.

Ao final, a PLENA decidiu que a saída da greve deverá ocorrer no dia 10 de setembro de 2012, após a assinatura e publicação do Termo de Acordo com o governo federal.

A PLENA também definiu que iria propor ao governo a garantia da negociação entre Seções Sindicais e Reitorias quanto ao calendário de reposição das aulas não dadas durante o movimento paredista.



Fórum se reúne com o governo e recebe notícia do reajuste dos benefícios

No dia 30 de agosto, ocorreu reunião do Fórum de Entidades dos Servidores Federais com o Ministério do Planejamento, com a presença da CSP - CONLUTAS, CUT, CTB, SINASEFE, FASUBRA, ANDES, CONDSEF, CNTSS, ASFOC, SINAL, UNACON, FENASPES, ASSIBGE e SINDIFISCO.

As três Centrais e todas as Entidades dos Servidores Federais foram informadas pelo governo que, a partir de janeiro de 2013, o auxílio alimentação passará a ser de R\$ 373,00 e haverá um reajuste na tabela de retribuição dos valores do auxílio saúde, ampliando a lógica de maiores valores para os servidores com idade mais avançada e com faixa salarial menor.

As Entidades questionaram o fato dos valores só serem pagos em janeiro do ano que vem, quando em reuniões anteriores o governo havia aventado a possibilidade de o aumento ser ainda neste ano, já que a verba para isso seria de custeio e não entraria nos impeditivos orçamentários. Além disso, todos os presentes aproveitaram para repudiar mais uma vez o decreto 7.777, que autoriza a substituição de trabalhadores em greve.

O mais interessante foi o reconhecimento pelo Secretário Sergio Mendonça de que tal reajuste de benefícios também fazia parte do objeto da pressão que a nossa greve havia promovido junto ao governo federal. Colocou ainda que a reposição de horas de trabalho e o corte de ponto serão discutidos com as categorias.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 14 – 31 de agosto de 2012

A bancada sindical cobrou do secretário da SRT/MP a necessidade de se retomar as negociações pendentes, como é o caso dos docentes das IFEs, dos servidores do INCRA e das Agências de Regulação, por exemplo. Em sua fala Sérgio Mendonça disse reconhecer que, no caso dos docentes das IFEs, o governo se arriscou ao assinar o acordo com uma única entidade, mas as negociações terminaram. Reconhece também que as entidades representativas dos docentes das IFEs continuarão sua luta, agora em outro espaço, através de projeto de lei, no congresso. Ao mesmo tempo o secretário destacou que: “Caso seja feita alguma alteração neste sentido (aumento de despesa), o PL será arquivado por vício de iniciativa, uma vez que quaisquer alterações relativas à despesa e estrutura de carreira no serviço público são prerrogativa do Executivo, o qual considera as negociações para 2013 encerradas com todas as categorias”. (fonte: *site* ANDES).

Ao final da reunião agendou-se um novo encontro do Fórum com o governo para que sejam respondidas as seguintes questões:

- Aumento dos valores do auxílio alimentação e pagamento já em 2012;
- Anulação da Instrução Normativa do MPOG sobre concessão de auxílio transporte;
- Calendário para a discussão do Processo Nacional de Negociações com os Servidores Federais.

A reunião com o governo ficou marcada para o dia 27 de setembro de 2012.

SINASEFE cresce na luta

A 114ª plena contou com a participação de um observador do Instituto Federal do Paraná – IFPR, indicado em assembleia de base. A participação foi de suma importância para a troca de experiências com os servidores dos demais IFs organizados e representados nacionalmente pelo SINASEFE. Para fortalecer e mobilizar os servidores de diversos campi do IFPR, a assembleia daquela base sinalizou pela criação de uma seção sindical do SINASEFE no Paraná.

“Os servidores do IFPR reconhecem que o SINASEFE é o legítimo sindicato dos trabalhadores em educação da rede federal de ensino básico, profissional e tecnológico, e da correta linha adotada por este sindicato na condução dessa greve”, relatou Guilherme Basso Reis, observador da 114ª plena.

Servidores Civis das Instituições Militares de Ensino, nós os representamos

Os delegados (as) da 114ª Plenária Nacional do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE decidiram assinar o Termo de acordo dos TAEs. Com esta decisão, a Plenária procurou corrigir um erro histórico praticado pelo governo federal, que desde 2006 vem evitando encaminhar a discussão com o SINASEFE para a inclusão desses companheiros (as) no PCCTAE. Certamente não iremos mais aceitar este descaso.

Os técnicos administrativos das Instituições Militares de Ensino encontram-se no PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo. Nesse plano não há a possibilidade de progressão e promoção por titulação para os trabalhadores da área da Educação. Mesmo que os servidores realizem cursos de pós graduação essa titulação não encontra correspondente inserção. Desde 2006 os servidores civis das Instituições Militares de Ensino lutam para serem enquadrados no PCCTAE. Essa luta se traduziu em diversas ações: discussão e mobilização nas bases, ações jurídicas, encontros dos servidores das Instituições Militares de Ensino, consulta aos órgãos governamentais sobre o assunto (MEC e Ministério da Defesa) etc. A possibilidade de discutir esse enquadramento no GT específico para o assunto junto ao



MPOG e ao MEC, que agora se apresenta, dentre tantas outras ações já realizadas e em andamento, se constitui como mais uma ação para tentar efetivar essa demanda. Nesse momento, com servidores dessas instituições participando ativamente das mobilizações de rua, dialogando com a sociedade sobre os dilemas da educação, efetivando históricas paralisações articuladas e simultâneas em diversas escolas militares, nossa capacidade de diálogo em um GT encontra-se bastante ampliada. Há que se salientar, acima de tudo, que se constitui como um passo significativo na construção do nosso princípio sindical de carreira única. Parte do processo de construção de uma carreira em que todos os técnicos administrativos da educação estejam inseridos no mesmo plano e na mesma tabela.

Por que foi acertada a decisão de assinar o Termo de Acordo dos TAEs? Porque tal decisão possibilita a inclusão de companheiros (as) da nossa base nos resultados da nossa greve. Porque a solidariedade entre os trabalhadores (as) é fundamental para a manutenção e o fortalecimento de um Sindicato como o nosso. Porque um Sindicato não pode prejudicar qualquer dos seus integrantes por posicionamentos políticos que a princípio possam parecer corretos do que a real função do Sindicato. O SINASEFE tem na sua concepção e criação a unidade dos trabalhadores (as) no local de trabalho e por isso não poderá nunca abrir mão da lógica de inserir todos neste processo.

O Sindicato que defendemos e que estamos ajudando a construir jamais poderá rifar um companheiro (a) da sua base.

Intransigência é a marca do governo Dilma na mesa de negociação docente

Novamente o governo Dilma mostra a sua inabilidade política e intransigência na mesa de negociação com os docentes. O desrespeito com que o mesmo tratou os docentes da carreira EBTT na greve de 2011 se renova de forma flagrante na greve de 2012, quando, de forma unilateral, assina acordo com a entidade que não representa a esmagadora maioria da categoria.

Assim, embora o argumento central utilizado pelo governo do PT, para impor sua política de precarização do trabalho docente na rede federal de ensino, seja o da legitimidade representativa, este mesmo argumento não foi levado em consideração quando da assinatura do acordo com proifes, entidade de gabinete que representa uma ínfima parcela da categoria.

Aqui vale ressaltar que nem em governos anteriores a Lula se conseguiu, de forma tão sistemática, desestruturar a nossa carreira docente. Foi em 2008, no segundo mandato do governo Lula, que a Lei 11.784 deu, finalmente, sequência ao processo de precarização dos governos anteriores, com a permanente perda de condições de trabalho, de autonomia, de direitos e de salários.

A unificação e o fortalecimento dos trabalhadores dos setores da educação federal e de outras categorias do serviço público serão de fundamental importância para enfrentarmos mais um golpe do governo Dilma sobre a classe trabalhadora brasileira. Isso por que, neste momento, o governo mostra a sua intenção de comprometer de forma extremamente negativa o direito de greve dos servidores públicos federais, ao tentar aprovar o projeto de lei (PLS – 710/11).



SINASEFE participa de aula pública e manifestação do CNG do ANDES-SN em frente ao MEC

Na manhã desta quinta-feira (30), o Comando Nacional de Greve do SINASEFE participou de manifestação e aula pública promovida pelo Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, em frente ao Ministério da Educação. Na ocasião, os educadores pediam abertura de novas negociações para reestruturação da carreira dos docentes.

A aula pública ao ar livre teve como conteúdo para explicar o motivo da greve dos docentes das IFs: perda das condições de trabalho, precarização, perda da autonomia e perda de salários.

O Comando Nacional de Greve do SINASEFE participou dessa atividade de mobilização chamando a atenção para a importância da unidade dos servidores (as) da Educação Federal para alavancar os processos reivindicatórios de mais 36 categorias que aderiram às paralisações dos servidores públicos federais neste período.

O SINASEFE reforçou a necessidade das referidas Entidades promoverem uma plenária em conjunto para avaliarem e debaterem as próximas mobilizações.



Comando Nacional de Greve do Sinasefe reúne-se com o ANDES-SN



O Comando Nacional de Greve do SINASEFE participou ontem (31/08), a convite, de reunião do CNG do ANDES-SN, para dar os informes da última PLENA, no tocante aos encaminhamentos sobre a formalização do acordo dos TAEs e qual foi a postura do SINASEFE frente ao acordo dos docentes.

A direção do SINASEFE reforçou a proposta de uma plenária conjunta com data indicativa para 08 e 09 de setembro, para se discutir pontos comuns das carreiras e fortalecimento da unidade dos trabalhadores em Educação Federal no Brasil.

Uma questão comum ao SINASEFE e ANDES-SN, é como ficaria condicionada a carreira e proposta para os docentes. O CNG do SINASEFE reafirmou a decisão da ampla maioria da Plena 114ª, pela não

assinatura da proposta de acordo para os docentes do governo Dilma.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 14 – 31 de agosto de 2012

Nasce o movimento de mulheres do SINASEFE

A organização da classe trabalhadora passa necessariamente pela organização das mulheres. Nós contabilizamos metade dos trabalhadores no mundo, e, no entanto, ainda amargamos salários inferiores - cerca de 25% - em relação ao que ganham os homens, como atesta o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Temos um inimigo, é fato, mas não é o homem. Nosso inimigo, assim como de toda classe trabalhadora, é o modo de exploração da sociedade capitalista, que utiliza das particularidades entre os gêneros para aprofundar as desigualdades entre homens e mulheres.

É necessário que homens e mulheres tomem em suas mãos a luta contra o capitalismo. E, para combatê-lo, precisamos educar nossa categoria, precisamos combater o machismo em nossas fileiras e instrumentalizar nossas mulheres para participar dos sindicatos e fortalecer a luta.

O pontapé foi dado

A 114ª plenária nacional do SINASEFE não discutiu somente temas relativos à greve dos servidores da educação federal. Também foi dado o passo inicial para a organização das mulheres que compõem nossa categoria.

Ao final da plena, um grupo de mulheres (contando também com a participação de um companheiro) elaborou um breve eixo organizativo para nossa atuação. Dentre eles a construção de encontros de formação para todo o SINASEFE.

Nacionalmente a CSP-CONLUTAS já conta com uma setorial de mulheres, canalizada pelo Movimento de Mulheres em Luta (MML). Ele tem aglutinado mulheres de diversos movimentos, como os da habitação, construção civil, estudantil, metroviários e educação. Chegou nossa vez, vamos construir o movimento de mulheres do SINASEFE!

Precisamos ajudar a incorporar as demandas específicas das mulheres ao conjunto da classe trabalhadora.

Juntem-se a nós, mulheres e homens do SINASEFE.

Contato: mulheresdosinasefe@hotmail.com

Errata: No boletim Nº 14, o companheiro Francisco Pinheiro (Paraíba/PB) foi considerado como observador, quando na verdade o mesmo estava como membro do Comando Nacional de Greve.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 14 – 31 de agosto de 2012

A 114ª Plena decidiu por unanimidade aprovar a nota de repúdio a seguir:

NOTA DE REPÚDIO

Senhores Servidores,

A Delegacia Sindical do Campus Araguaína, instância ligada a Seção Sindical de Palmas do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica, em Assembleia Extraordinária, ocorrida no dia 21 de agosto de 2012, deliberou pela adoção de uma Nota de Repúdio contra o Magnífico Reitor Francisco Nairton Nascimento, em função da demissão dos servidores o dirigente sindical Ângelo Cássio Bezerra do Nascimento e o professor Alessandro Trevisan Monteiro lotados no campus Araguaína, neste sentido, passa a fazer as seguintes considerações:

A Delegacia Sindical do Campus Araguaína se solidariza com os trabalhadores da educação, Professores Angelo Cássio Bezerra do Nascimento e Alessandro Trevisan Monteiro, familiares e amigos. Aguardamos confiantes o retorno breve desses incansáveis servidores, exemplos de dedicação a coisa pública e ao ofício da docência, companheiros, amigos e acima de tudo profissionais de ilibada reputação na comunidade escolar e na sociedade araguainense.

Importa reconhecer que não temos a intenção nesta nota de questionar gratuitamente os atos administrativos da atual gestão do IFTO, pois entendemos que dentro das prerrogativas legais e institucionais são plenamente legítimos os atos administrativos emanados de autoridades democrática e legalmente constituídas. No entanto não podemos nos eximir, enquanto entidade representativa dos direitos e garantias dos trabalhadores e do imperioso interesse público, de inflamar os instrumentos necessários para repudiar e denunciar quando esses atos suscitam indícios de ilegalidade e que invocam cegamente a “interpretação da lei” para almejar interesses estranhos e alheios a res publica.

O repudio desta Delegacia Sindical reside na maneira como ocorreu os tramites do processo nº. 23235.000041/2011-17 que culminou com a demissão dos servidores Angelo Cássio Bezerra do Nascimento e Alessandro Trevisan Monteiro, ambos professores do ensino básico técnico e tecnológico lotados no campus Araguaína. Sobretudo, os pontos relacionados a ausência dos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como nos princípios da publicidade dos atos SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Fundado em 11/11/1988 - CGC 03.658.820/0001 - 63 (Filiado à CEA e Conlutas) SINASEFE - SEÇÃO SINDICAL DE PALMAS – TO Fundado em 24/06/2004 DELEGACIA SINDICAL ARAGUAÍNA-TO administrativos que formalizam e dão validade ao devido processo legal no âmbito administrativo e judicial, prerrogativas legais a que todos tem o direito em sua plenitude e não parcialmente, princípios irremediavelmente cristalizado no nosso democrático ordenamento jurídico.

Repudiamos o tratamento singular do processo em epígrafe que teve um caráter excepcional, sigiloso, sumário e com requintes de perseguição político ideológica, na medida em que não ocorreu o mesmo com servidores que estão em situação jurídico-administrativa equivalente dos demitidos. Nesse sentido foi veementemente negada pelo diretor geral Pró Tempore, Ronano Oliveira Pereira, a solicitação dos servidores de redução da carga horária, uma vez que foi constatada a legalidade da acumulação dos cargos. Ressalta-se que apenas a carga horária foi questionada pela gestão, impedimento sanável com a mera redução da mesma, o que ocorreu em outros casos no âmbito do IFTO. Neste sentido, durante o embaraçoso processo a postura da gestão sentenciava a demissão dos servidores, num misto de parcialidades, paixões e uma sede de “vingança” suscitando um apartheid administrativo-ideológico no âmbito do IFTO.

A ausência desses princípios constitucionais da isonomia, do contraditório e da ampla defesa, da possibilidade de acesso as informações, em suma do devido processo legal e da postura da gestão que permearam os tramites do processo nº. 23235.000041/2011-17 desnudam um modelo de gestão distante e desafinada com a grandeza e importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-IFTO.

Atenciosamente,

DELEGACIA SINDICAL DO CAMPUS ARAGUAINA.



ORIENTAÇÕES DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

Companheiros (as),

No momento que estávamos concluindo este boletim, aguardando inclusive a assinatura do Termo de Acordo, ainda hoje (31), fomos informados pelo MPOG que a referida assinatura irá ocorrer na próxima segunda-feira, às 16 horas.

Orientamos que as Assembleias de Base para a discussão do retorno ao trabalho possam ser realizadas a partir do dia 04 de setembro (próxima terça).

Lembramos que nestas próximas Assembleias ocorram as discussões do calendário de reposição que serão negociadas pelas Seções Sindicais junto às Reitorias e Direções Gerais dos Institutos Federais.

Na segunda-feira, logo após a assinatura do Termo de Acordo estaremos remetendo cópia para o conhecimento de todos e para a conclusão do processo dessa greve.

Abaixo estamos apresentando a minuta aprovada junto ao MEC e que já foi enviada para o MPOG para posicionamento final:

MINUTA DO TERMO DE ACORDO SINASEFE E GOVERNO FEDERAL

Termo Aditivo ao Acordo nº 2/2012, resultante das negociações entre o Governo Federal e o SINASEFE - Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica.

Clausula primeira. O presente Termo Aditivo reconhece as cláusulas que integram o Acordo nº 02, de 24 de agosto de 2012, assinado por FASUBRA e Governo Federal, que dispõe sobre o processo de reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e dá outras providências, bem como inclui e estende outras cláusulas pactuadas entre o governo federal e o SINASEFE.

Clausula segunda. Será constituído Grupo de Trabalho para discutir, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a inclusão no PCCTAE (Lei nº 11.091/2005) dos servidores técnico-administrativos das Instituições Militares da Rede Federal de Ensino.

I – O grupo de trabalho de que trata esta Clausula segunda será composto, paritariamente, por representantes da entidade signatária deste Termo de Acordo, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa.

II – Este grupo de Trabalho será instalado na segunda quinzena de setembro de 2012.

Clausula terceira. Será incluído no Grupo de Trabalho do item III, da cláusula quarta do termo de acordo nº 2, de 24 de agosto de 2012, os seguintes temas:

I – Ocupação dos Servidores técnicos administrativos em Educação que integram o PCCTAE dos cargos de Reitor e Diretor Geral de Campus dos Institutos Federais.

II - Inclusão da Representação do SINASEFE na composição dos Conselhos Superiores dos Institutos Federais.

Clausula quarta: Alterar a redação do parágrafo 1º, do artigo 11, da Lei nº 11.892, de 2008, para permitir que os integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação que possuem, no mínimo, o nível de escolaridade de graduação, possam ocupar o cargo de Pró-Reitor dos Institutos Federais.



SINASEFE

Boletim Especial de Greve – Nº 14 – 31 de agosto de 2012

Clausula quinta. A entidade signatária deste Termo compromete-se a orientar pelo cumprimento do “Plano de Reposição de Trabalho”, referente aos dias não trabalhados por motivo de greve ou paralisações de serviços, dos Servidores Docentes e Técnicos Administrativos em Educação, e a acompanhar a sua fiel execução com vistas ao reestabelecimento imediato da normalidade na prestação dos serviços à sociedade.

I – A negociação do “Calendário e do Plano de Reposição” se dará entre as Reitorias e/ou Direções Gerais dos campi e dos Sindicatos de Base e Seções Sindicais do SINASEFE.

Responsáveis por este Boletim:

Direção Nacional: Willian Carvalho, Luis Sérgio Ribeiro e Eulálio Costa (Plantão da DN)

Comando Nacional de Greve:

Michelle Conceição (Florianópolis/SC), Roseli Afonso (Jequié/BA), Guilherme Bizarro (Palmas/TO), Tonny Medeiros (Natal/RN), Natália Freitas (Penedo/AL), Elane Mafra (Manaus/AM), Deusair Martins (Goiânia/GO), Rogério Faria (Brasília/DF), Francisco Pinheiro (Paraíba/PB), Hélio Almeida (Barbacena/MG) e Altair Ataíde (Aracaju/SE).

**Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação
Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE**
SCS, Quadra 2, Bloco C, sala 109/110 (Ed. Serra Dourada) Brasília- DF – CEP 70300-902
Telefone e Fax: (61) 2192-4050 – e-mail: dn@sinasefe.org.br – www.sinasefe.org.br